

Os Professores-Autores de Gramática Científica da Cidade do Rio De Janeiro: Um Esboço Prosopográfico

Teachers-Authors Of Cientific Grammmar In City Of Rio De Janeiro: A Prosopographic Outline

Fernando Rodrigo dos Santos Silva¹
Thaysa Segal Caseli²

RESUMO:

Este artigo investigou um grupo de professores de Língua Portuguesa da cidade do Rio de Janeiro que participaram do processo de renovação do ensino da referida disciplina, no final do século XIX, ao se tornaram autores das nomeadas gramáticas comparativas ou históricas. Nós desenvolvemos a pesquisa como um estudo prosopográfico sobre estes professores-autores, pois compreendemos que este grupo se constituiu como uma “nova geração” de gramáticos de cariz científico em oposição à “geração tradicional”, resistente à mudança de um ensino formalista. Compreendemos a prosopografia como o estudo de “biografias coletivas”, ou seja, o estudo das características partilhadas por uma comunidade de atores sociais mediante a análise coletiva de suas vidas. Articulamos as contribuições de três áreas de investigação: Nova História Política, História da Educação e História das Ideias Linguísticas. Nossa abordagem é documental, utilizamos fontes recolhidas e analisadas de diferentes acervos públicos da cidade do Rio de Janeiro.

PALAVRAS-CHAVES: Profissão Docente; Ensino Secundário; Professores de Língua Nacional; Gramática científicas.

¹ Doutorado em Ciências Humanas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Mestrado em Educação. Graduado no Curso Normal Superior do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ). Professor das Séries Iniciais na Prefeitura Municipal de Duque de Caxias (SME/Duque de Caxias-RJ). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6063-0097>. E-mail: fergo_fergo@yahoo.com.br.

² Mestrado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Graduação em Pedagogia e Pedagoga da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Rio de Janeiro (FAETEC). Atua no Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Ferreira Viana (CEMETEFV) e no Centro de Memória da FAETEC (CEMEF). Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-1260-0196>. E-mail: thaisasegal@yahoo.com.br.

ABSTRACT:

This article investigated a group of Portuguese language teachers from the city of Rio de Janeiro who participated in the process of renewing the teaching of that discipline, at the end of the 19th century, when they became authors of the so-called comparative or historical grammars. We developed the research as a prosopographic study on these teacher-authors, because we understand that this group was constituted as a “new generation” of scientific grammarians in opposition to the “traditional generation”, resistant to the change of a formalist teaching. We understand prosopography as the study of “collective biographies”, that is, the study of the characteristics shared by a community of social actors through the collective analysis of their lives. We articulate the contributions of three research areas: New Political History, History of Education and History of Linguistic Ideas. Our approach is documentary, we use sources collected and analyzed from different public collections in the city of Rio de Janeiro.

KEYWORDS: Teaching Profession; Secondary Education; National Language Teachers; Cientific Grammar.

Introdução

A produção recente acadêmica na área de História da Educação tem apontado que o final do século XIX, no Brasil, foi um período de intensa renovação do currículo e das práticas pedagógicas escolares, porém este século padeceu por muito tempo com uma imagem negativa, na historiografia da educação, formulada pelos “pioneiros da renovação educacional”, na Primeira República.

Os estudos atuais nesta área puderam desfazer alguns estigmas cristalizados na disciplina, como aquele que associava o período à ideia simplista de vazio educacional ao revelar uma série de iniciativas populares no sentido de pleitear o acesso à educação formal em um país cuja taxa de analfabetismo era alarmante. Contra esta imagem de vazio educacional do período, os historiadores da educação têm evidenciado a complexidade educacional do século XIX (SCHUELER, MAGALDI, 2009; XAVIER, 2013).

As últimas décadas do período imperial foram um tempo de ebulição intelectual e este artigo investigou o aparecimento das gramáticas de cariz científico. Esta novidade foi responsável pela renovação do ensino de gramática escolar na cidade do Rio de Janeiro no final dos oitocentos. Embora o artigo se ocupe da experiência carioca, é preciso salientar que este fenômeno estava conectado com o surgimento das gramáticas científicas em outras províncias do Brasil e em outros países.

Para este trabalho, propomos a investigação de um grupo de professores-autores de gramáticas comparativa ou histórica na referida cidade. Compreendemos estes professores como agentes coletivos do processo de renovação escolar. Esta perspectiva grupal justifica a nossa escolha por uma abordagem coletiva em lugar do foco no estudo da contribuição individual de cada autor.

O aparecimento de tais gramáticas é apontado por investigadores da História das Ideias Linguísticas como tendo dois marcos significativos: a publicação da *Grammatica Portuguesa* de Julio Ribeiro (1881), a primeira gramática do gênero publicada no Brasil; e a reforma do *Programa de Português para os Exames de Preparatórios* (1887) elaborado por Fausto Barreto.

Por afinidade temática, os pesquisadores da área de Linguística são aqueles que têm dado maior atenção à história desta disciplina escolar. As contribuições da História das Ideias Linguísticas apresentam o Colégio Pedro II e seus respectivos professores como os principais agentes renovadores dos saberes escolares no currículo de Língua Portuguesa desde a década de 1860, quando a Língua Portuguesa ganha relativa importância na matriz curricular da instituição (RAZZINI, 2000; FAVERO & MOLINA, 2006, 2010).

Este destaque não é gratuito, uma vez que o Colégio Pedro II funcionou desde 1838 até meados da década de 1940 como o espaço oficial de organização do currículo do ensino secundário no Brasil, em função do seu caráter modelar. Caráter que ele perdeu com a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942 e a criação do Ministério da Educação e Cultura (MEC) de 1945, período em que o Governo Federal centralizou o controle do ensino secundário.

Dessa forma, os estudos na área de Linguística têm destacado o papel daquele colégio e dos seus professores – autores de compêndios – na construção dos saberes referentes à disciplina em tela (RAZZINI, 2000; FAVERO & MOLINA, 2010). Contudo, nossa pesquisa sobre o grupo de professores-autores demonstra que nem todos estes intelectuais do magistério carioca estavam vinculados à docência (apenas) no Colégio Pedro II. Contudo, eles traziam aspectos biográficos em comum.

A partir desta constatação algumas indagações surgiram e permitiram a elaboração deste artigo, foram elas: estes professores se identificavam como grupo? Qual a trajetória profissional desses professores-autores? É possível falar em uma “geração de 1880” no Ensino da Língua Portuguesa? A intenção de trabalharmos com o grupo de professores-autores nos colocou diante de dois desafios: a) operar com as categorias da Nova História Política; e b) desenvolver um estudo prosopográfico.

No domínio da História Cultural, privilegamos, em especial, as contribuições da História dos Intelectuais, a partir de categorias como *intelectual*, *redes de sociabilidade*, *biografias* e *geração* (SIRINELLI, 2003), originadas da Nova História Política, além da categoria *mediadores culturais* (GOMES; HANSEN, 2016).

Compreendemos a prosopografia como o estudo de “biografias coletivas”, ou seja, o estudo das características partilhadas por uma comunidade de atores sociais mediante a análise coletiva de suas vidas. Nas suas origens, a prosopografia compreende duas questões fundamentais: o estudo das origens políticas e as estruturas e mobilidades sociais (STONE, 2011).

Este artigo filiou-se à perspectiva da escola de pensamento elitista³, aquela à qual mais se dedicam os historiadores, atenta aos pequenos grupos e ao estudo das elites e o poder, cujas análises recaem sobre o estudo das genealogias, interesses comerciais, atividades políticas e os laços que conservam a coesão de determinado grupo.

De acordo com Stone (2011), a abordagem metodológica prosopográfica inicia-se com a definição do grupo a ser estudado para então investigar um conjunto de questões uniformes, que justapostos, combinados e examinados permitem construir variáveis significativas deste grupo. A investigação prosopográfica consiste na busca de recorrências culturais, políticas e sociais que permitam estabelecer o sentimento de pertencimento que conecta um dado grupo, constituindo o que chamaríamos de geração.

Ainda segundo este autor, a finalidade da abordagem prosopográfica seria explicar as diferentes ações sociais e políticas, interpretando as mutações ideológicas e culturais em jogo e, deste modo, identificar e descrever as estruturas sociais e os movimentos em seu interior. Neste trabalho seria aquilo que estava em jogo, no plano pedagógico, quando surgiu um outro tipo de gramática renovada.

Esta pesquisa se desenvolveu através de uma abordagem documental cuja análise se dá por meio da seleção de fontes como compêndios, imprensa, documentos referentes às instituições oficiais em que atuaram, uma vez que não foi possível localizar o acervo das instituições particulares. Trabalhamos com o acervo da Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional (FNB), do Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (NUDOM), do Centro de Memória do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (CMEB/ISERJ), além de documentação avulsa do Arquivo Nacional e do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

A afirmação da Língua Portuguesa no currículo do Colégio Pedro II

O processo de afirmação da Língua Portuguesa como matéria no currículo do ensino secundário carioca e, por extensão, brasileiro foi longo. O primeiro regulamento do Colégio

³ Para Lawrence Stone, além da escola de pensamento elitista, há ainda a escola sociológica, que se desenvolveu primeiro nos Estados Unidos e que, inspirada nas Ciências Sociais, se ocupa do estudo das massas, adotando uma abordagem mais quantitativa (STONE, 2011).

Pedro II, de 31 de janeiro de 1838, distribuía assim as matérias de ensino em uma grade curricular invertida de 8 anos, a começar pela 8ª lição e encerrar na 1ª lição⁴.

QUADRO 1. Plano de Estudos do Colégio Pedro II (1838)

Lições	Matérias a ensinar
8ª	Gramática Latina, Gramática Nacional, Geografia, Desenho e Música
7ª	Gramática Latina, Gramática Nacional, Geografia, Desenho e Música
6ª	Latinidade, História, Geografia, Desenho, Música, Aritmética, Grego e Francês
5ª	Latinidade, História, História Natural, Geometria, Grego, Francês e Inglês
4ª	Latinidade, História, História Natural, Geometria, Grego, Francês e Inglês
3ª	Latinidade, História, Ciências Físicas, Álgebra, Grego e Inglês
2ª	Filosofia, Retórica, Poética, História, Ciências Físicas e Matemática
1ª	Filosofia, Retórica, Poética, História, Ciências Físicas, Astronomia e Matemática

Fonte: Colégio Pedro II, 1953. Acervo: NUDOM.4

É possível verificar na tabela acima que a Língua Portuguesa estava prevista na primeira grade curricular da instituição como “Gramática Nacional” e era ministrada nos dois primeiros anos, como matérias de transição entre o ensino de primeiras letras e o ensino secundário, junto às outras aulas consideradas como artes mecânicas.

A organização do currículo escolar do Colégio Pedro II estava orientada por uma lógica concêntrica e gradativa, partindo das matérias mais simples para as mais complexas. Segundo Razzini (2000), o estudo da Gramática precedia o ensino da Retórica e Poética porque estas eram consideradas mais adiantadas do que aquela. Tal compreensão era resultado da lógica fundada na superioridade da formação clássica nos oitocentos.

No entanto, este currículo nunca foi cumprido na sua integralidade, haja vista que em 1841 o colégio passou por sua primeira reforma curricular ao redistribuir as matérias existentes, desmembrar algumas e introduzir outras. Esta reforma do programa de ensino, ao privilegiar a ampliação das matérias científicas no currículo do Colégio Pedro II, reduziu o ensino da Língua Portuguesa para apenas a 1 lição no 1º ano da instituição⁵, ainda ministrada como “Gramática Nacional” (HAIDAR, 1972).

De acordo com Razzini (2000), foi a partir das décadas de 1950/60 que novas reorganizações do programa de ensino trouxe transformações significativas para o ensino da Língua Portuguesa neste estabelecimento, a saber: o aparecimento do “Português” como designação do ensino da língua pátria, independente do ensino do Latim, e aumento da sua carga horária e consequente espraiamento pelas várias lições do currículo.

⁴ Lições/Aulas neste período têm um significado mais próximo da noção contemporânea de conjunto de assuntos ou temas a serem tratados em um dado ano de escolaridade do que do sentido, mais usual hoje, de sinônimo do que aquilo que os alunos aprendem ou preparam para apresentar ao professor. No século XIX, esse juízo que remete à ideia do trabalho pedagógico entre professor e alunos era nomeado de ponto.

⁵ A Reforma Curricular de 1841 é responsável por uma série de transformações na instituição. Além alterações das mencionadas no corpo do texto, destacamos: redução do curso secundário de oito para sete anos, a reorganização das séries, a começar pela 1ª série e encerrar na 7ª e a introdução do diploma de bacharel em Letras para os alunos que cumprissem todos os 7 anos de estudos, cujo benefício era a admissão sem concurso em quaisquer um dos cursos superiores do Império. Um estímulo aos alunos e suas famílias para o cumprimento do longo e rigoroso currículo escolar.

Quadro 2: Plano de Estudo de Língua Portuguesa no Colégio Pedro II (1838-1895)

Ano	Lições	Nomenclatura
1838	1ª e 2ª	Gramática Latina e Gramática Nacional
1841	1ª	Gramática Geral e Nacional
1850	1ª	Gramática Nacional
1856	1º	Português
1858	1º	Português
1862	1ª	Português
1877	1ª e 2ª	Português
1878	1ª	Português
1882	1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 7ª	Português
1892	1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª	Português
1893	1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª	Português
1895	1ª, 2ª e 3ª	Português
1898	1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª	Português
1912	1ª, 2ª, 3ª e 4ª	Português
1915	1ª, 2ª e 3ª	Português

Fonte: Colégio Pedro II, 1953; Haidar, 1972; Vecchia e Lorenz, 1998.

Depreende-se da figura nº 2 que a estabilidade da nomenclatura “Português” foi conquistada antes do que a estabilidade do número de aulas, que no período recortado, se mostrou inconstante. A estabilidade da designação da matéria apareceu em meados da década de 1850 e foi contemporânea da Reforma Couto Ferraz, Decreto nº 1331 de 17 de fevereiro de 1854, e do Novo Regulamento do Collegio Pedro II, Decreto nº 1556 de 17 de fevereiro de 1855.

Estes dois dispositivos jurídicos tiveram a introdução do concurso público para a seleção de professores como um marco importante no processo de profissionalização docente, de acordo com Mendonça et all. (2013). Ainda segundo os autores, os concursos públicos configuraram-se como uma das principais estratégias de certificação dos professores utilizadas pelo Estado no sentido de avaliar as habilitações para o magistério em uma determinada matéria.

Em uma instituição em que a interinidade e circularidade de professores se tornou um aspecto constitutivo da sua identidade institucional, os concursos públicos além de uma estratégia de controle dos professores, também se configuraram como a possibilidade de vinculação de um professor a uma determinada matéria, quando da sua inscrição em um concurso e posterior carreira docente. Tal processo se deu primeiro entre os candidatos a professores de Matemática e Ciências Naturais (MENDONÇA, SOARES, SOARES, 2015)⁶.

Inferimos que a nova designação surgida para o ensino da língua pátria na década de 1850 estivesse dentro desse esforço do governo imperial de conter a circularidade dos professores entre as diferentes matérias a serem ensinadas no estabelecimento e definir um conjunto de saberes próprios a ensinar no estudo das aulas que compunham o currículo do ensino secundário.

⁶ Este mesmo processo foi tardio nas matérias das áreas de humanidades, em particular, no ensino da Língua Portuguesa. Em todo século XIX e nas primeiras décadas do século seguinte, não foi possível identificar tal procedimento de vinculação. Nossa hipótese é de que ele só ocorreu após a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, quando se passou a exigir a posse de um diploma para o exercício no magistério secundário.

Razzini (2000) também observa que a Reforma Couto Ferraz buscou nacionalizar o currículo do ensino secundário, por meio da introdução da Corografia Brasileira e História Nacional; da leitura e recitação em Português, de textos nacionais, e exercícios ortográficos, cuja preocupação era com a uniformização da escrita e expressaria o interesse na difusão do bem falar e escrever para aqueles que no futuro seriam profissionais liberais e/ou ocupariam os quadros burocráticos do Estado.

A lenta separação do Português e o Latim, explicitada no currículo do Colégio Pedro II, ao longo do século XIX, é o amadurecimento de um processo que foi germinado na Reforma Pombalina dos Estudos Menores, em 1759. Mendonça (2013), ao se ocupar da emergência da Língua Portuguesa como nova língua clássica, assevera que a Reforma Pombalina dos Estudos Menores trazia na sua gênese uma polêmica em relação ao Latim.

A polêmica consistia no embaraço sobre o modo como se deveria ensinar o Latim, se pelo próprio idioma ou pelas línguas vernáculas. Mais do que uma mera questão de agilização ou simplificação do ensino, afirma a autora, a interrogação se referia ao lugar dos vernáculos na configuração dos Estados Nacionais.

Apreende-se da análise da figura 1 que o currículo do Colégio Pedro II se mostrou alinhado ao espírito renovador da Reforma Pombalina dos Estudos Menores, nos seus primeiros anos, onde o ensino da Língua Portuguesa apresentou-se como disciplina auxiliar para o estudo do Latim, situado no fim do curso entre as lições mais adiantadas.

Razzini (2000) assevera que a mudança curricular realizada em meados do século XIX possibilitou o progressivo afastamento do ensino da Língua Portuguesa do ensino do Latim, deixando de submeter o ensino do Português como mero instrumento auxiliar para o aprendizado do Latim. A progressiva autonomia do Português, como disciplina escolar, obrigou a reinvenção de novos conteúdos e práticas em outros conjuntos de valores e representações.

Contudo, a estabilidade alcançada na nomenclatura não expressou a harmonia na distribuição de aulas para a disciplina. Percebe-se que houve um movimento de expansão e contração do seu ensino na instituição, com aumento do número de aulas a partir da década de 1880.

Ainda segundo esta autora, a inclusão do Português nos exames preparatórios para as academias superiores, no final da década de 1870, estimulou o aumento da oferta de aulas de Português, reforçado pelo prestígio adquirido pela disciplina em uma instituição que definia a sua identidade institucional como propedêutica.

A década de 1880, a nosso ver, explicita de modo muito sensível a divergência de modelos educativos para o ensino do Português. De um lado, a crença de que o ensino da Língua Portuguesa deveria auxiliar o aprendizado do Latim – e das outras línguas estrangeiras –, de outro, a ideia de que os vernáculos – inclusive a Língua Portuguesa – já haviam adquirido suficiente “maioridade” o que lhes permitiria a equiparação às “línguas clássicas”, através do surgimento de um método próprio, o método comparativo e histórico.

O que estava em jogo, no final dos oitocentos, era o deslocamento da ideia de universal. A legitimidade de uma língua não estava mais submetida a critérios universais clássicos, mas ao desenvolvimento histórico das línguas, ou seja, à história da sua evolução.

Biografia dos professores

Definimos a presente pesquisa como um recorte no objetivo mais amplo de mapear os professores de Língua Nacional do Colégio Pedro II, no período imperial. Este interesse alargado é resultado da proposta de estudarmos o processo de constituição da identidade docente dos professores do ensino secundário, em um sentido lato, e o processo de disciplinarização, em um sentido mais restrito. Desafio complexo dada a intensa circulação de professores no colégio, muitos sequer registrados na documentação produzida e guardada pela instituição.

Nesse sentido, optamos pela montagem de verbetes dos professores destacando aspectos identitários pessoais e profissionais. Assim, nos demos conta que a partir de um determinado período, começou a se tornar recorrente a autoria de compêndios entre estes professores. Então, nos interessamos por investigar esse fenômeno. A busca por literatura acadêmica especializada na questão nos levou à produção dos *Historiadores das Ideias Linguísticas* que tem se ocupado do estudo desse tipo de produção docente.

Atentos à questão identitária docente, passamos a nos interrogar sobre o sentido de tais prática para a conformação de uma identidade dos professores secundários. Balizado por nossos esforços na produção de verbetes, resolvemos nos ocupar da investigação cara aos historiadores do campo linguístico, contudo, nos atendo aos processos identitários.

Tal perspectiva nos conduziu a uma pesquisa de abordagem prosopográfica, compreendida como o “retrato de grupo composto por uma série de estudos biográficos” (STONE, 2011, p. 118), Os pressupostos de tais abordagem nos orientaram à definir o grupo a ser estudado, formado por professores autores de gramáticas científicas do final dos oitocentos. A seleção foi possível graças à literatura acadêmica produzida pelos historiadores das ideias linguísticas.

A composição do perfil que foi investigado ficou geograficamente localizado na cidade do Rio de Janeiro, centro político do país no período, e institucionalmente, extrapolou as fronteiras institucionais do Colégio Pedro II e incluiu à sua paisagem as demais instituições pós-primária e secundária da referida cidade, onde estes professores-autores de gramática trabalharam.

Orientados pela contribuição de Dubar (1997) para os estudos sociológicos sobre a construção de identidades, optamos por não nos concentrarmos apenas nos professores-autores de gramática científica, mas também em outros professores igualmente autores de gramáticas, porém ditas práticas ou filosóficas.

De acordo com o sociólogo francês, a presença de um “outro” é fundamental para a definição da identidade, posto que ela é uma categoria relacional, a “identidade para si” é inseparável da “identidade para o outro”. Deste modo, os dois grupos de professores-autores de gramáticas são pensados de modo relacional.

Neste trabalho, optamos por trabalhar com a categoria “geração”, tomada de empréstimo de Sirinelli (2003) que não a restringe à ideia simplista de faixa etária. Longe de ser uma construção homogênea, a geração é uma categoria plástica, densa e não uniforme. Portanto, apesar de aludir a um sentimento de pertença geracional, ela contém fraturas que são identitárias no seu interior. O estudo geracional engloba essa tensão entre os aspectos globalizantes da construção identitária e as suas distinções internas.

A geração também remete à ideia de cisão histórica, em seu aspecto externo, porque ela se refere a um rompimento identitário, à negação do estabelecido para a consequente

emergência de um outro, no nosso caso, uma outra identidade. Ela evidencia uma crise e faz ver as transformações socioculturais que transformam um meio intelectual.

Gurgel (2008) marca o ano de 1881 como o momento do rompimento de uma tradição formalista de produção de gramáticas com a publicação da *Gramática Portuguesa* de Julio Ribeiro e atribui a ele a liderança intelectual de um movimento renovador que se estenderia até a década de 1920.

Julio Cesar Ribeiro Vaughan nasceu em Sabará (MG) em 1845, filho de George Washington Vaughan e da professora pública Maria Francisco Ribeiro Vaughan, realizou seus estudos em Minas Gerais e mudou para a Corte onde se matriculou na Escola Militar do Rio de Janeiro. Abandonou o curso para se dedicar ao jornalismo, à literatura e ao magistério. Na Corte, ele lecionou no Instituto de Instrução Secundária do Rio de Janeiro. Transferiu-se para o estado de São Paulo, onde fundou jornais e lecionou no Curso Preparatório para a Faculdade de Direito do Largo do São Francisco. Publicou a já mencionada gramática e faleceu em Santos (SP), em 1890.

Apesar da morte no alvorecer do movimento renovador, Julio Ribeiro havia lançado a pedra fundamental com a sua gramática ao introduzir no país os fundamentos de uma abordagem que recusara frontalmente o modo como se produzia o saber gramático por aqui. Ao beber da fonte de autores estrangeiros, Julio Ribeiro pavimentou um caminho que em pouco tempo se tornaria hegemônico no campo educativo carioca.

Ainda para Gurgel (2008) se Julio Ribeiro assumira uma liderança intelectual no movimento, Fausto Barreto, professor catedrático de Língua Portuguesa no Colégio Pedro II, seria responsável por levantar as estruturas do novo empreendimento linguístico ao organizar o programa de Português para os Exames Preparatórios (1887).

Fausto Carlos Barreto, nasceu em São João de Inhamuns (CE) em 1852, Fez seus estudos no estado natal e migrou para o Rio de Janeiro onde matriculou-se na Faculdade de Medicina. Abandonou o curso para se dedicar ao magistério. Foi professor, jornalista, literato e filólogo. Deu aula em colégios particulares na Corte e em 1881 ingressou no Colégio Pedro II, primeiro como professor substituto, mas dois anos depois foi aprovado em concurso público para a cadeira de Português. Portanto, era há três anos catedrático, quando recebeu do Diretor Geral da Instrução Pública da Corte, o Dr. Emmigydio Victorio, a incumbência de organizar o referido programa de estudo do Colégio.

O Programma de Exame Preparatório do Colégio Pedro II era uma referência para os exames realizados nas províncias, de onde se conclui que ele possuía um caráter quase normativo para aquilo que deveria ser cobrado nos exames preparatórios para as academias superiores do Império. Não foi por menos, que Julio Ribeiro comemorou nas páginas de *Procellarias*, impresso em que reunia sua produção de artigos publicados na imprensa. Na edição de 1887, Julio Ribeiro publicou na íntegra o Programa elaborado por Fausto Barreto e festejou com as seguintes palavras:

Não há negar; é este um programma organizado scientificamente, sobre as bases largas, solidas, da sciencia da linguagem. De uma parte, a lexeologia, isto é, as palavras consideradas em si, phonologica, morphologica e taxonomicamente; de outra, a syntaxe, as palavras constituindo expressão de juizo, formando sentenças (RIBEIRO, 1887, p. 92).

Continuou festejando, enumerou algumas razões para comemorar: a ortografia não era mais apresentada de modo autônomo, mas como parte da fonologia; o programa exigia conhecimentos sérios de morfologia, sem qualquer concessão à metafísica medieval; estava de

pleno acordo com os fundamentos da gramática científica que ele havia, ousadamente, trazido à lume em 1881; e seis anos após a sua publicação pioneira, havia no país valiosas gramáticas escritas por “astros de primeira grandeza no céu da nossa philologia” (1887, p. 93).

A ideia de uma abundância de gramáticas escritas por ilustres filólogos não era figura de linguagem, a década de 1880 viu explodir o número de gramáticas escritas por “astros” citados por Julio Ribeiro, como Pacheco Junior, Lameira Andrade, Fausto Barreto e João Ribeiro, o português Adolpho Coelho, entre outros, mas também continuavam a circular as gramáticas produzidas em décadas anteriores, utilizadas por aqueles professores de Português resistentes às mudanças.

QUADRO 3: Professores-autores de gramática científica da Corte

PROFESSORES AUTORES DE GRAMÁTICA CIENTÍFICA DA CORTE.				
NOME	Formação		Atuação	
	ENS. SECUNDARIO	ENS. SUPERIOR	COLEGIO PEDRO II	OUTROS COLÉGIOS
Jose Pedro da Silva Maia	Colégio Pedro II (1868)	Fac de Medicina	1882 1883	_____
Carlos Laet	Colégio Pedro II (1867)	Escola Central	1873 1935	Mosteiro de São Bento, Escola Normal, Liceu de Artes e Ofícios
Fausto Barreto	Seminário de Fortaleza; Colégio Pedro II	Fac. de Medicina (I)	1881 1915	Escola Normal
Alfredo Augusto Gomes	Colégio Pedro II	Fac. De Medicina	1884 1885	Escola Normal e Col. Alfredo Gomes
Manuel Pacheco da Silva Junior	Colégio Pedro II	XX	1871 1878	Liceu de Artes e Ofícios
Pedro Lameira de Andrade	XX	Faculdade de Direito	___	Escola Normal do DF
Maximino Maciel	Atheneu Sergipense	Fac. de Medicina e Direito	___	Colégio Augusto; Assoc. Promotora da Instrução; Colégio Militar
Julio Ribeiro	Escola Militar (I)	Fac de Medicina (BA) e Escola Politécnica	___	Anexo da Faculdade de Direito (SP); Instituto de Instrução Secundária (RJ)
João Ribeiro	Atheneu Sergipense	XX	1890	Colégios Particulares (1881)
Mario Barreto	Colégio Militar	Faculdade de Direito	1920	Colégio Militar
Manuel Said Ali	XX	_____	1890	Colégio Pedro II e Colegio Militar

Fonte: Dados coligido pelos autores a partir de diversas fontes

Na passagem do século XIX para o XX, 11 gramáticas científicas foram escritas na cidade do Rio de Janeiro, e reeditadas inúmeras vezes. Deste total, apenas 3 gramáticas foram produzidas por professores que não lecionaram no Colégio Pedro II, são elas: a Gramática Portuguesa de Julio Ribeiro, que como vimos, é a pioneira dentre os compêndios científicos de gramática; a Gramática de Maximino Maciel e a Gramática de Pedro Lameira Andrade. Esta última, embora o autor não tenha passado pela instituição nem como aluno e como professor, foi escrita em coautoria com um professor do Colégio Pedro II.

Se o Colégio Pedro II, portanto, aparece como centro difusor deste tipo de gramática, é preciso considerar que 7 dentre os 8 professores da casa que foram professores-autores, também atuaram em instituições de ensino público e particular da cidade. Alguns como Alfredo Augusto Gomes e Manoel Pacheco da Silva Junior tiveram passagens muito breves pela instituição e se firmaram como referência entre a nova geração de gramáticos em outros estabelecimentos de ensino.

A respeito dos estabelecimentos de ensino, é possível verificar que a Escola Normal e o Colégio Militar foram as instituições de ensino oficial que mais abrigaram estes professores. Embora, elas não confirmem o mesmo prestígio que o Colégio Pedro II, seria incorreto não considerar que buscar se estabelecer nestes espaços e torná-los, junto ao Colégio Pedro II, um espaço de difusão do novo saber foi uma estratégia destes professores.

Um aspecto que gostaríamos de destacar é o que diz respeito à formação dos professores. A documentação que conseguimos localizar, selecionar e analisar nos permitiu perceber dois aspectos da formação destes intelectuais que consideramos interessante destacar: a que diz respeito ao ensino secundário e a formação em nível superior.

No que diz respeito à formação secundária, dos 11 professores que compõem este grupo, de dois deles não localizamos a informação sobre o colégio onde fizeram os estudos secundários, sendo que um deles, Manuel Said Ali, natural de Petrópolis, fez sua formação secundária por lá e só depois migrou para o Rio de Janeiro, onde trabalhou na Livraria Laemmert. Sobre Pedro Lameira Andrades, conseguimos pouquíssima informação da sua vida, a mais significativa foi a sua relação com a doutrina espírita.

Restam 9 professores, dos quais 5 são bacharéis pelo Colégio Pedro II e deste universo, 3 passaram pelos bancos escolares em meados da década de 1870 e, portanto, foram discípulos de 2 professores da lista: Carlos Laet e Manoel Pacheco da Silva Junior. Os professores Carlos Laet e Fausto Barreto escreveram juntos a *Antologia Nacional*, obra didática publicada em 1895, que renovou o cânone literário educacional da escola brasileira, e que permaneceu uma referência até 1969 (Razinni, 2000).

Os outros 4 professores vieram de duas instituições de ensino secundário. 2 deles vieram de instituições militares da cidade do Rio de Janeiro, em épocas distintas. Julio Ribeiro mudou-se para a corte para matricular-se na Escola Militar, no início da década de 1860, e Mario Barreto estudou no Colégio Militar, instituição em que seu pai fora catedrático, no período republicano; os outros dois professores estudaram no tradicional liceu sergipano, o Atheneu Sergipense.

Quanto à formação no ensino superior, 8 professores ingressaram em alguma das academias de ensino superior do Império, sendo que apenas Julio Ribeiro não concluiu seus estudos, abandonando o curso para dedicar-se ao magistério, ao jornalismo e à literatura. Contudo, é significativo observar que a Faculdade de Medicina foi aquela de onde saiu a maior parte dos professores. Depreende-se da tabela que 6 professores passaram por uma das duas Faculdades Médicas do Império, 1 professor passou pela Escola Central e outro pela Faculdade de Direito.

Chamou-nos atenção a quantidade de médicos ou aspirantes a médicos que se tornaram professores da disciplina no período, uma vez que não imaginávamos a relação disciplinar que poderia haver entre um curso humanista e uma profissão assentada nas ciências naturais. A chave para o entendimento desta questão passava justamente pela ideia de ciência natural.

Para Gusmão (2008), a adesão dos gramáticos de 1880 à gramática de Julio Ribeiro era pautada justamente na ideia de que o modelo explicativo utilizado pelo autor rompia com a tradição metafísica das gramáticas filosóficas, ao introduzir um argumento científico na produção do conhecimento linguístico. A nova corrente iniciada por Ribeiro dava aos estudos linguísticos no Brasil um estatuto científico ao incorporar os paradigmas das ciências naturais.

Estava fundada a ideia de que os estudos linguísticos eram um ramo das Ciências Naturais, através da apropriação dos métodos científicos naturais era possível produzir conhecimento linguístico. A língua era um organismo vivo, portanto, seria possível observá-la, descrevê-la e classificá-la.

O argumento explicativo que impactou de maneira muito sensível a produção intelectual no campo linguístico na Europa e no Brasil foi a teoria evolutiva de Charles Darwin, segundo a qual, todos os seres vivos têm uma origem comum e a partir dela toda diversidade se originou. Ainda de acordo com a autora, o livro onde Darwin descreveu minuciosamente as suas observações, realizadas por vários continentes teve uma recepção extremamente positiva no ambiente intelectual europeu.

A autora afirma ainda que foi Sir Willian Jones quem primeiro utilizou em suas pesquisas linguísticas as ideias de Darwin buscando estabelecer relações históricas entre as línguas que estudava. Herman Paul teria afirmado o primado da abordagem histórica nos estudos linguísticos. Surgiram então uma variedade de gramáticas comparativas e históricas de filólogos europeus, como: Max Muller, Miguel Bréal, Gaston Paris, Whitney, Littrè, Darmesteter, Ayer, Brunot, Bracher, Frèderich Diez, Bopp, Adolpho Coelho entre outros.

No curso de medicina aprendia-se a Taxionomia, teoria das Ciências Naturais aplicada à Zoologia e à Botânica que se dedica a classificar e categorizar os seres vivos. Em sua obra já mencionada, *Procellarias* (1887), Julio Ribeiro divide a gramática em duas partes, lexicografia e sintaxe. Este intelectual destacava a apropriação do modelo científico natural possibilitava a classificação das palavras por famílias e associações de ideias. Era o modelo explicativo das Ciências Naturais aplicado à Linguística.

Dessa forma, compreende-se o aumento do número de médicos que investiram na produção e difusão do saber linguístico. Portadores de um capital acadêmico das Ciências Naturais, em um terreno a desbravar, o investimento no magistério passava a ser menos árduo do que as lutas concorrenciais no campo médico, onde a posse do capital acadêmico não se converteria em algum tipo de vantagem.

Remetemos à ideia de Sirinelli (2003) de que a categoria geração não é um todo uniforme e coerente e abarca no seu interior conflitos, tensões e discordâncias para reforçar com Gurgel que a perspectiva histórica não era um ponto pacífico para os gramáticos intelectuais de 1880, a autora afirma que:

A abordagem histórica não foi a única solução descritiva compartilhada pela geração de gramáticos brasileiros, o que caracteriza, de modo geral, os estudos linguísticos desse período é um conjunto de práticas inspirada na possibilidade de aplicar ao estudo das linguagens um método das ciências naturais (cf. cap. II – a recepção positiva à história da nova “corrente teórica”: a “retórica revolucionária” da nova geração), e não propriamente, a opção por um método” (2008, p. 81).

Embora esta corrente teórica concordasse com a retórica revolucionária, havia entre eles divergências quanto ao uso do método. É preciso recordar que as transformações linguísticas em tela surgiram para cumprir uma demanda prática, intervir no campo pedagógico. Não se está falando de uma ciência pura, mas aplicada ao ensino da Língua Portuguesa.

Gurgel assevera sobre a especificidade do campo intelectual brasileiro frente ao Europeu, diferentemente das produções europeias elaboradas em universidades, a produção brasileira tinha um caráter marcadamente escolar e respondiam (ou deveriam responder) a questões didático-pedagógicas, posto que eram em instituições secundárias.

Todos esses gramáticos estavam associados a alguma instituição de nível secundário, o que nos leva a concluir que no Brasil, as escolas secundárias tiveram um papel importante no processo de produção do conhecimento ao passo que estimulavam intelectuais autodidatas a produzirem estudos linguísticos, tais como as gramáticas, os estudos filológicos, os artigos publicados em revistas especializadas e, muitas vezes, teses para concursos” (2008, p. 75-76).

Essa característica peculiar brasileira era o mote das divergências internas geracionais. Para alguns gramáticos do período, a discordância estava na dosagem do método e queixavam-se da complexidade que a abordagem histórica dava à compreensão linguística para jovens estudantes, avaliados nos exames preparatórios, ideia defendida por Manoel Pacheco e Pedro Lameira, coautores da *Grammatica Portuguesa*.

Para Gusmão (2008), autores como João Ribeiro e Manuel Said Ali abordavam a temática histórica de modo não aprofundado adaptando-a à expectativa escolar, o que faria da abordagem histórica inadequada para publicações didáticas que não fossem próprias à consulta dos professores.

Se a abordagem histórica era inadequada para seu tratamento em sala de aula, como avançar no caminho legado por Julio Ribeiro? Para Gusmão, a abordagem deveria ser o estudo do meio, posto que ele seria um “princípio educativo”. Acena-se aqui com as ideias do positivismo. Para a autora, não foi por acaso que a Reforma da Educação realizada por Benjamim Constant teve forte influência para a difusão do método científico natural nos estudos da Linguagem.

As ideias deterministas em voga em fins dos oitocentos e veiculada pelos positivistas vão sustentar a ideia de que o meio era o principal agente de transformação da língua. A ênfase recai no como a língua muda e menos no porquê das suas transformações. Compreende-se aqui as razões que levaram os estabelecimentos educativos militares, como o Colégio Militar a se tornar um centro difusor das ideias gramaticais renovadas.

Até aqui exploramos os aspectos internos geracionais de coesão e dissenso entre os gramáticos da década de 1880, pretendemos agora trazer alguns apontamentos sobre acerca dos aspectos externos. Para tanto começando explorando a tabela a seguir sobre os gramáticos que a literatura da área de História das Ideias Linguísticas não associa ao movimento de renovação.

QUADRO 4: Professores de “Gramática Tradicional” da Corte

PROFESSORES DE GRAMÁTICA CLÁSSICA DA CORTE.				
NOME	Formação		COLEGIO PEDRO II	Atuação
	ENS. SECUNDARIO	ENS. SUPERIOR		OUTROS COLÉGIOS
Gabriel de Medeiros Gomes	Mosteiro de Minas Gerais	Cônego	1838 1875	Colegio Matosinho (MG) Prof. Público em cadeira isolada
Felix Maria de Freitas Albuquerque	Mosteiro da Bahia	Monsenhor	1858 1880	Mosteiro São Bento
José Maria Velho da Silva	XX	Faculdade Medicina	1874 1889	--
José Manuel Garcia	Seminário Episcopal de Sto. Antonio (MA)	Trinity College	1856 1884	Escola Normal; Curso Noturno para sexo feminino.
João Baptista Vinelli	Colegio Pedro II	Fac. de Medicina	1869 1875	Faculdade de Medicina Escola Superior de Agronomia
Barão de Loreto	XX	Fac de Direito de Recife	1878 1906	XX
Antonio Mendes Limoeiro	Colégio Pedro II	Faculdade de Medicina	1876 1896	Colégio Ilustração
Carlos Ferreira França	Colégio Pedro II	Faculdade de Direito (SP)	1876 1906	Escola Normal; Faculdade Livre de Direito (RJ)
Carlos Maximiano	Colégio Pedro II	Escola Central	1873 1925	Mosteiro do São Bento; Seminário São José, Escola Normal, Liceu de Artes e Ofícios
Evaristo Nunes Pires	Colégio Pedro II	Faculdade de Medicina	1877 1892	Escola Normal da Corte
Manoel Olympio R. da Costa	Internato Nacional da Bahia	---	1878 1889	Int. Nacional da Bahia, Ginásio Bahiano, Escola Normal (RJ)
Hemetério José dos Santos	Colégio da Imaculada Conceição (MA)	---	1878	Collegio Frobel, Colégio Pedro II, Colégio Militar, Escola Normal, Escola Normal Livre

Fonte: Dados coligidos pelos autores a partir de diversas fontes

Cabe iniciar esta análise destacando o motivo pelo qual se optou por utilizar “Gramáticas Tradicionais” em lugar das chamadas “Gramáticas Filosóficas” como definiam, por exclusão, os gramáticos da geração de 1880. Justificamos a nossa escolha pela percepção construída, a partir, da análise das fontes por nós selecionadas e que nos leva a desconfiar do

modo como esse grupo por exclusão foi criado. Acreditamos que no desejo de marcar distinção, aqueles gramáticos rotularam apressadamente um grupo diverso e que muitas vezes não se enxergava sob essa coerência tão explicitada.

Contudo, mantivemos com a adjetivação “tradicional” a ideia de juízo de valor própria do grupo emergente. Compreendemos que a despeito da diversidade deste grupo “tradicional”, eles são sim herdeiros de uma tradição de produzir conhecimento gramático em franca decadência naquele período.

Outro ponto que gostaríamos de destacar de partida é que este grupo, em sua maior parte, foi responsável pela consolidação do Português como disciplina autônoma no currículo do Colégio Pedro II. Temos neste selecionado professores da primeira geração do colégio, aqueles cuja nomeação foi para a instituição e não para a disciplina, o que fazia com que eles circulassem dando aulas em diversas disciplinas, conforme a necessidade do estabelecimento. Temos também o grupo que entrou após a criação dos concursos públicos.

Iniciamos a nossa análise, que terá um viés comparativo, destacando primeiramente a formação deste grupo. No que diz respeito ao ensino secundário temos a seguinte configuração. 12 professores analisados, sendo não temos informações sobre onde 2 deles cursaram o ensino secundário. 5 professores, cuja entrada no colégio foi mais recente, têm o próprio colégio como lugar onde se bacharelaram, 4 estudaram em instituições religiosas entre mosteiros, seminários e colégios católicos particulares. 1 traz informação sobre a instituição, mas não conseguimos definir qual a sua natureza, se laica ou religiosa.

Dois aspectos nos chamam atenção imediatamente, o caráter endógeno do Colégio Pedro II, que seleciona para os seus quadros docentes ex-alunos que se destacaram e completaram todos os anos de escolaridade, ganhando o título de bacharel. Este aspecto endógeno é próprio de instituições de prestígio, onde alguns alunos desejam regressar como professores, pois, assimilaram o programa institucional do colégio. Por outro, o próprio tem interesse em incorporar os casos educacionais bem-sucedidos.

O segundo aspecto diz respeito ao considerável número de professores que passaram por instituições religiosas. Ao nosso ver, isso explicaria a resistência desses professores com a adesão às ideias positivistas da gramática renovada, por exemplo. Caso bem interessante, é o do professor Hemetério José dos Santos, abolicionista e republicano, portanto, liberal nessas causas, no que se refere à gramática científica apresenta resistências, como veremos adiante, nas querelas com os representantes daquela onda progressista (SANTOS, 2019).

Quanto ao ensino superior, temos 2 professores que não cursaram o ensino superior. 2 professores que tiveram formação superior religiosa, ex alunos de seminário e mosteiro. 8 professores que ingressaram em alguma das instituições de ensino superior, sendo assim distribuídos: 4 ingressaram no curso de Medicina, 2 deles no curso de Direito, 1 diplomou-se Filosofia, por uma universidade norte-americana e mais 1 ingressou na Escola Central. A formação no ensino superior laicizou a formação educacional desses professores, se comparado com o ensino secundário cuja formação era 1/3 religiosa.

Quanto ao professor José Manuel Garcia, não consta em nenhum dos arquivos pesquisados autorização para se afastar para estudo no exterior. Fora as licenças por saúde, o professor não se afastou do Colégio Pedro II, do qual faz parte interinamente desde 1856, quando ocupou as vagas recém-criadas de repetidor. A partir da década de 1870 fez parte também do Instituto Profissional da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Contudo, supomos que a titulação tenha vindo da relação próxima que estabeleceu com os protestantes norte-americanos que se instalaram no Rio de Janeiro.

A entrada deste grupo no Colégio Pedro II é bem dispersa e espaçada, os mais antigos entraram antes da introdução do concurso público na instituição e os professores mais recentes, entraram na sua maioria por volta da década de 1870, quando a Língua Portuguesa passou a ser exigida nos exames preparatórios para as academias superiores do Império.

Chama atenção o número de instituições outras que os professores do Colégio Pedro II trabalham ou trabalharam concomitante com a docência no colégio. Muito diferente dos professores dos primeiros anos. Apesar do dispositivo muitas vezes ignorado que proibia que os professores lecionassem em outra instituição, vale ressaltar que a já mencionada entrada do Português para o rol das disciplinas avaliada nos exames preparatórios aumentou consideravelmente a oferta de trabalho para esses professores.

Sobre a produção de gramáticas no período convém lembrar que nos primeiros anos do colégio, os compêndios estrangeiros eram bastante difundidos na instituição. O quadro só sinaliza com inversão quando a Reforma Couto Ferraz, preocupada com a falta de compêndio para o estudo os alunos, estimula a produção nacional de material didático. Contudo, na Língua Portuguesa predominaram os livros portugueses, porque eram considerados satisfatório, não havia atenção à especificidade do português brasileiro e porque o português europeu era considerado uma língua mais culta e civilizada do que o mestiço e bárbaro português falado no Brasil.

Poucos professores desse grupo aventuraram-se a produzir gramáticas, contudo, eles são aqueles que entraram mais tarde e usaram a produção de gramática em concordância com o programa de ensino para os exames preparatórios como estratégias para valorizar-se no concorrido mercado docente do Município Neutro da Corte, tais como Hemérito J. dos Santos, Manoel Olympio R da Costa.

Estes dois professores escreveram gramáticas práticas, cuja demanda era sensível na imprensa diária da corte com professores reclamando da falta de material que sirva à inteligência das crianças. Se não foram autores de gramáticas científicas, tão pouco foram de gramáticas filosóficas. José Maria Velho da Silva escreveu livro de leitura para a escola primária, outros professores também tiveram produção literária, mas não necessariamente escolar ou dedicada à gramática portuguesa.

A nós nos parece que no escopo teórico e filosófico deste tipo de gramática, a questão estava bem instável. Não conseguimos identificar pontos de divergência no que se refere a este grupo. As gramáticas tinham um sentido mais pragmático, atender a demanda escolar suprimindo a falta de material e adquirir status para se sobressair no concorrido mercado de trabalho da Corte no período. Para se ter uma ideia, os professores se anunciavam como autores de gramática que estavam em acordo ao já mencionado programa de exames.

Considerações provisórias

Escrever as considerações de um trabalho cuja pesquisa encontra-se ainda em fase inicial é um desafio imenso, pois, nos sinaliza caminhos a seguir, escolhas a serem feitas reavaliação do que foi planejado. Esta primeira fase tinha como objetivo nos situar em um campo vasto de pesquisa: refletir sobre a identidade profissional dos professores de uma determinada área do conhecimento.

Ainda que textos necessitem de ponto final, ficou muito por dizer do tanto que já vimos pesquisando a partir de um conjunto disperso de fontes, em diferentes instituições de salvaguarda. Contudo, acreditamos que as reflexões aqui expostas mais do que trazer respostas

para a pergunta central da pesquisa, aponta caminhos que distintos pesquisadores, das áreas de História, Linguística e Educação podem seguir.

Acreditamos que a maior contribuição que a pesquisa pode dar neste momento é a de defender que a pesquisa escolar seja o foco da abordagem dos estudos de Língua Nacional, sem recorrer à tentação de discutir a formação do Estado Nacional e invenção da nacionalidade. Propomos e defendemos uma abordagem centrada na História da Educação e nas suas especificidades, questões e objetos.

Neste sentido, buscamos nestas considerações alinhar alguns pontos que consideramos mais significativos construídos neste trabalho e apontar caminhos para a continuidade da pesquisa acadêmica na área da Educação com a interface da Linguística e da História.

Apesar dos limites que as fontes nos impuseram, naquilo que silenciam sobre aspecto da vida de pessoas que já morreram e não podem ser consultadas, consideramos pertinente o uso da pesquisa prosopográfica com os professores de períodos mais afastados. No nosso caso, o fato de não encontrarmos muitas informações sobre ascendentes dos professores e percursos familiares, nos impediu de aprofundar uma dimensão que nos estudos de história de vida são fundamentais, a das disposições herdadas.

Contudo, como trabalhamos com uma classe de trabalhadores, os professores, que não se encontra na elite das carreiras e sua remuneração não significa necessariamente ascensão social, ficamos sem perceber essas disposições herdadas. Contudo, a distância temporal, em tese, nos permitiria ver os locais sociais dos quais os ascendentes diretos saíram, o grupo pesquisado chegou e onde os descendentes chegaram. Em uma instituição reconhecidamente prestigiosa, qual o impacto no século XIX em termos de mobilidade social?

A circularidade de professores para nós foi um indicativo de que os professores de uso do colégio como trampolim. No caso da pesquisa, o recorte não nos permitiu investigar nas trajetórias da primeira geração de professores que entraram via concurso e na década de 70 estavam sendo substituídos por professores cujo programa em que foram forjados como docentes estava em crise.

No entanto, quando conseguirmos avançar no século XX, teremos, cremos nós, mais indícios para avaliar e responder sobre os aspectos internos e externos da geração que conformaram a identidade docente destes professores secundários, cuja vinculação com a disciplina foi mais tardia do que a de outras áreas.

Em pleno acordo com Gusmão (2008) refutamos a ideia de que a institucionalização dos professores de Língua Portuguesa foi mais tardia, quando se criou a formação inicial universitária, ou ainda, um pouco antes, com a Academia Brasileira de Letras. Os impressos pensados como instituições e os colégios secundários foram locais onde esses intelectuais estabeleceram redes, construíram trajetórias comuns, combateram as identidades diferentes daquelas queriam ver emergir.

Referências

ALONSO, Angela. *Ideias em Movimento: a geração de 1870 e a crise no Brasil-Império*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

BRASIL. Decreto n. 1331 de 17 de fevereiro de 1854. Approva o regulamento para o ensino primário e secundário do Município da Corte.

COLÉGIO PEDRO II. *Regulamento n° 8*, de 31 de janeiro de 1838. Contém os Estatutos para o Colégio de Pedro II. Internato. Órgão dos antigos e atuais alunos do Internato do Colégio Pedro II sob o patrocínio da Direção do Estabelecimento. Ano III, n. 3, jan. 1953.

DECRETO n. 1556, de 17 de fevereiro de 1855. Aprova o novo regulamento do Colégio Pedro II. *Instrução Pública*. In: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 12.2.22.

FAVERO, Leonor L., & MOLINA, Marcia A. G. *As concepções linguísticas do século XIX: a gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucema, 2006.

_____. *Construção do saber escolar – gramáticas da primeira infância*. Filologia e Linguística portuguesa. n.12, v.1, 2010, p.69-90. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v12i1p69-90>. Acesso em 19/01/2019.

GOMES, Angela de C.; HANSEN, Patricia dos S. Apresentação. In: GOMES, Angela de C.; Hansen, Patricia dos S. (org.). *Intelectuais Mediadores*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GURGEL, Silvana. *O período dos estudos linguísticos brasileiros ditos científicos na questão da colocação pronominal (1880-1920)*. [Dissertação de mestrado]. São Paulo: USP, 2008.

Haidar, Maria de L. M. *O Ensino Secundário no Império Brasileiro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1972.

MENDONÇA, Ana Waleska. P. C.; SOARES, Jefferson da C.; LOPES, Ivone G. *A criação do Colégio de Pedro II e seu impacto na constituição do magistério público secundário no Brasil*. Trabalho apresentado no IX COLUBHE, realizado no Instituto de Educação da UL, de 12 a 15 de julho de 2012, na mesa coordenada Múltiplas Faces da Profissão Docente: os professores na sua diversidade.

MENDONÇA, Ana Waleska. P. C. A Língua Portuguesa como uma nova língua clássica. *História Educação*. Porto Alegres, v. 17, n.39, p. 173-187, jan/abr. 2013.

MENDONÇA, Ana Waleska. P. C.; SILVA, Fernando. R. dos S.; PATROCLO, Luciana B.; SOARES, Renata dos S. *Construindo o seu quadro docente: as primeiras gerações de professores do Colégio Pedro II*. Trabalho apresentado no VII CBHE, realizado em Cuiabá/MT, de 20 a 23 de maio de 2013.

MENDONÇA, Ana Waleska. P. C.; SOARES, Renata dos S.; Soares, Flávia, S. *De homens mundo a especialistas: a disciplinarização do currículo e da docência no Colégio Pedro II (1855-1881)*. Trabalho apresentado no VIII CBHE: Matrizes Interpretativas e Internacionalização, realizado em Maringá/PR, de 29 de junho a 02 de julho de 2015.

MENDONÇA, Ana Waleska. P. C.; SANTOS, Fernando Rodrigo dos; OLIVEIRA, Paloma R. Os anos iniciais de funcionamento do Imperial Colégio de Pedro II: constituindo um primeiro quadro docente (1838-1855). *Jornal Internacional de Estudos em Educação Matemática*, v. 8 (1), p. 62-80, 2015.

RAZZINI, Marcia de P. G. *O espelho da nação: antologia nacional e o ensino de português e de literatura (1838-1871)*. [Tese de doutorado]. Unicamp: Campinas, 2000.

SANTOS, Aderalto P dos. *Arma da Educação: cultura política, cidadania e antirracismo nas experiências do professor Hemérito José dos Santos (1870-1930)*. [Tese de doutorado] Rio de Janeiro: UFRJ, 2019.

SCHUELER, Alessandra. F. M; MAGALDI, Ana Magaldi B. M. Escolar na Primeira República: memória. In: *Tempo*. 13 (26), 2009.

SIRINELLI, Jean F. A. Os Intelectuais. In: REIMOND, R. (org.) *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

STONE, Laurence. Prosopografia. *Revista Acadêmica Licencia&acturas*. Ivoti. v. 6, n.1, jan/jun. 201, p. 56-65.

VAUGHAN, Júlio César Ribeiro. *Procellarias*. São Paulo: Edições Cultura Brasileira, 1887. Disponível em: <http://brasiliana.usp.br/>. Acesso em: 05/01/2019.

XAVIER, Libania N. Pesquisa Educacional, História da Educação e Historiografia: diálogos em curso, intercâmbios possíveis. In: *Cadernos de História da Educação*, V. 12, n.1, jan/jun. 2013.

Recebido em: 28/05/2020

Aprovado em: 25/06/2020